

A Cooperação para o Desenvolvimento¹

Luis Fontoura²

Senhor Presidente da Sociedade de Geografia
Senhor Presidente do Instituto Diplomático

1. As potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial entenderam, e bem, que a vitória só estaria completa se, com o restabelecimento da Paz pela cessação das hostilidades e em simultâneo, se delineassem as condições necessárias para que o Mundo não voltasse a sofrer o extenso e deplorável cortejo de horrores em que se analisou o conflito.

Essa sua ambição encontrou expressão no documento que tem, nos últimos 62 anos, enquadrado e estimulado as relações entre os Estados, em obediência aos objectivos maiores que se pretendiam, ou seja, assegurar a paz e a segurança internacionais; com efeito, na Carta das Nações Unidas se tem encontrado, sempre, ao longo do último meio século, apesar de fundadas críticas quanto ao acerto de algumas deliberações, amparo seguro para a resolução das crises ou simples ameaças que se foram sucedendo, num tempo que assistiu, todo o terreno, à persistente e violenta luta pela hegemonia do poder mundial.

Como condição da paz desejada, os arquitectos da Carta dedicaram o seu Capítulo IX à cooperação económica e social internacionais. Ali se prescrevem as linhas essenciais da orientação a seguir no que diz respeito à necessidade imperiosa de apoiar o desenvolvimento das nações mais desfavorecidas e a incorporar num conceito mais amplo de comunidade internacional. Assim se criou uma verdadeira “ideologia do desenvolvimento”.

Estamos em 1945, longe, ainda, do surgimento do que viria a constituir o chamado Terceiro Mundo.

Os primeiros instrumentos que a ONU dedica ao desenvolvimento, são instrumentos de natureza monetária instituída pela Conferência de Bretton Woods (Banco Mundial, Sociedade Financeira, a Agência Internacional de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional) e de natureza comercial, regida pela Carta de Havana. Neste enquadramento, o empenho da Organização foi-se desdobrando sucessivamente,

¹ Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 11 de Janeiro de 2007, integrada no ciclo de conferências “Portugal e as Relações Internacionais”.

² Professor Conv. Jubilado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas--Universidade Técnica de Lisboa.

dando origem a uma vasta e complexa rede de instituições complementares, com o que se pretendeu abarcar toda a problemática do desenvolvimento. Assim vemos surgir, como mecanismos de intervenção e execução, a ONUDI, consagrada ao desenvolvimento industrial; o PNUD, vocacionado para sustentação de projectos de desenvolvimento. A UNCTAD para a defesa do comércio do Sul. Desde 1948, a Organização mantém, incessantemente, o impulso do desenvolvimento. Nessa altura emite-se uma Resolução que pretende pôr em execução um Programa de Assistência Técnica (PEAT), financiado por contribuições nacionais voluntárias; anos depois, em 1958, a Assembleia Geral decide a criação de um “Fundo Especial”, destinado a financiar o pré-investimento que permitirá criar projectos susceptíveis de mobilizar financiamentos.

A década de sessenta inicia uma viragem decisiva na política de ajuda da ONU, ao propor-se a fasquia de 1% (sugere-se, hoje, 0,7 %) dos rendimentos nacionais dos países desenvolvidos como meta a atingir na contribuição dos Estados membros e ao lançar-se (Resolução 1710), a primeira das Décadas das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que se foram sucedendo, nisso se mobilizando poderosos meios financeiros, competência, boas vontades e generosidades.

2. 1955 assinala o início dos novos tempos da Cooperação para o Desenvolvimento.

Uma Conferência das Nações Afro-asiáticas convocada pelos Governos da Birmânia, de Ceilão, da Índia, da Indonésia e do Paquistão, reúne em Bandung, de 18 a 23 de Abril, 24 países, analisando o problema da Paz “como corolário do problema da segurança internacional e, muito detidamente, os modos como, doravante, poderia ser concretizada, entre todos, uma cooperação económica, cultural e política mais actuante.

Mas Bandung foi muito mais do que isso. É nesse encontro que mergulham as raízes de um mundo novo, apesar de tudo inesperado, sem embargo de, há décadas, estar em fermentação o protesto dos povos colonizados, reivindicando o pleno direito dos seus destinos. “A Conferência Afro-Asiática discutiu os problemas dos povos dependentes e do colonialismo e dos males resultantes da submissão dos povos ao jugo estrangeiro, à sua dominação e à sua exploração por este último”³, diz-se na sua Declaração Final. Ali se acordou “em declarar que o colonialismo, em todas as suas manifestações, é um mal ao qual se deve pôr fim; que a questão dos povos mantidos em sujeição ao estrangeiro, à sua dominação e à sua exploração, constitui uma negação dos direitos fundamentais do Homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e impede a possibilidade da Paz e da Cooperação mundiais. E, ainda, em declarar que a Conferência “apoiava a causa da liberdade e da independência destes povos”.

A partir do encontro de Bandung, quase todas as colónias acedem à independência, vai-se esboçando o perfil de um novo actor na cena internacional: o que Alfred Sauvy viria a designar por Terceiro Mundo, conceito que, na altura, tinha pleno significado. É logo em 1961, na Cimeira de Belgrado que, sob a tutela activa de Tito, Nasser e

³ Declaração Final da Conferência Afro-Asiática de Bandoung (24 de Abril de 1955)

Nehru, se fixam os princípios fundamentais que viriam, a partir daí, a inspirar os países que adoptaram o *não alinhamento* como forma preferencial de intervenção na ordem internacional.

Os objectivos do movimento ficam fixados e, em síntese, enunciam-se nestes termos claros: “Preservar, por todos os meios, a independência política nacional; cooperar na base dos princípios da coexistência pacífica activa; recusar o alinhamento por qualquer das duas grandes potências; ultrapassar a divisão do Mundo em Blocos antagónicos; contribuir para a distensão das tensões internacionais, encorajar o desarmamento geral; e assegurar a defesa da paz e da segurança internacionais”.

Não pode deixar de se entender uma tal orientação que, bem ao sabor de um tempo que, além do dupólio como última e inevitável referencia, abundava em constantes e menores indefinições, algumas simplicidades marxistas, euforias potenciadas pelo confronto das superpotências, sonhos e aspirações sem medida. Um radicalismo que tinha a ingenuidade como seu mais actuante ingrediente, animava e dava fôlego aos países se consideravam, a si próprios, *não alinhados*.

As colónias do Sul vão-se tornando independentes a uma cadência acelerada, por outorga do colonizador, por imposição dos seus *movimentos de libertação*, por pressão constante da Organização Internacional que, na Assembleia Geral, acolhe decisivamente o seu voto (as conhecidas “maiorias automáticas”); e, ainda, com a complacência das potências que não encontram, na conjuntura, razão ou força para se oporem às novas tendências. Uma conjugação de factores que revelava uma clara imposição da História: o colonialismo, tal como se conhecera até aí, chegara, sem recurso, ao fim.

Os novos Estados ascendem à independência quase sempre através de processos de que não estão ausentes lesões graves na convivência entre colonizados e colonizadores, momentos de grande tensão, processos por vezes, mesmo, cruentos; a fragilidade política das independências, acentuada por pobreza generalizadas das populações e de economias incipientes e atrasadas, é, constantemente agravada, tanto interna como externamente, por factores exógenos, enquadrados que estão em um confronto em que se pretende, como saldo final, a hegemonização do Globo.

A ambição e a necessidade da Paz são, em consequência, os elementos essenciais da política dos novos países, a condição que admitem determinante do seu progresso económico e social, a garantia da sua independência. Pretendem, por isso, os Países do Sul, conservarem-se à margem do confronto dos blocos resultantes da Conferências do Fim da Guerra, que ajudaram a dividir o Mundo; procuram, nem sempre sem reparo, rejeitar hegemonias; desviam-se, com determinação, de qualquer parcela de participação nas tensões permanentes do condomínio americano-soviético.

Não-alinhamento, não engajamento, neutralismo exprimem, exactamente, a mesma ideia; e, como escreveu um Autor, são uma “soma de emoções *anti*: anti-capitalismo, anti-socialismo, anti-racismo, anti-colonialismo, anti-blocos...”.

3. O problema essencial e mobilizador que se coloca aos novos Estados, logo nos primeiros momentos da sua existência, é o do atraso do seu desenvolvimento.

De facto, o regime económico que os ligara às potências colonizadoras vedara-lhes, de um modo geral, a evolução das suas economias, que permaneceram em fase primária, organizadas em obediência exclusiva ao bom resultado dos pactos coloniais e, no enquadramento destes, num nível despiciendo ou, até, inexistente, de industrialização; legara-lhes, salvo raras exceções, situações de vida confrangedoramente baixos, de miséria generalizada, ausências quase completas de instrução e formação, de incúria quase absoluta na prevenção e ataque à doença.

Uma situação, em suma, geradora de irreversível instabilidade política e social, estimulante de perigoso e inevitável sobreaquecimento político interno e, muitas vezes, internacional.

4. Nessa altura pensa-se, mais ou menos por todo o lado, nalguns casos tradução apenas de má-consciência, noutros, ainda, expressão de um intelectualismo comprometido, que a causa determinante e exclusiva deste deplorável estado de coisas é o regime colonial, a que se debita, sem maiores considerações, todo o atraso económico, social e político do Sul.

Por isso mesmo, derrotado que ia ficando, com a marcha do tempo, o *poder colonial*, pareciam, em consequência, ficar abertas e desimpedidas as vias do desenvolvimento; anulada, politicamente, a lógica de exploração por ele imposta, a criação dos novos Estados e a reorganização das sociedades e das economias, seria tarefa a empreender com independência e sujeições além do quadro dos interesses nacionais de cada um.

Nada ficaria, nessa forma de pensar, a obstruir, a dificultar ou, até, a impedir, o desenvolvimento dos povos até há pouco colonizados pelo Ocidente. Não escassearam doutrinas propondo-se explicar, cientificamente como é de ver, os défices do desenvolvimento social e económico dos novos Estados, desde as que se inspiravam num determinismo pessimista (imposição da natureza e da cultura), outras de cunho liberal (etapa socio-económica relativamente atrasada mas em recuperação)—e, a completar o quadro, as incontornáveis e especiosas teses marxistas com que, na época, os teólogos da especialidade explicavam tudo, para tudo congeminando salvatérios, soluções lineares e modelos eficazes.

Temos, assim, emergente, um novo actor no palco internacional, com a pretensão de se colocar supra-partes, arbitrando a grande contenda que ficou de expressão acabada no fim da Segunda Guerra Mundial; e temos, neste enquadramento, o início de uma relação (o chamado *Diálogo* ou, para os mais radicais, *Conflito Norte-Sul*) sempre difícil, constantemente muito mais próxima, sem embargo da semântica pública, da União Soviética que do Mundo Ocidental, de quem se chegou a exigir, sem pudor, uma “reparação global” pelos séculos de colonialismo.

Nesse tempo, o teatro mundial favorecia, também, e em elevado grau, o chamado Terceiro Mundo. Tensões permanentes entre as duas Super-Potências, instável

condomínio nuclear, estratégias indirectas e oblíquas para a obtenção de ganhos geoestratégicas e consolidação, quase sempre nos países do Sul, de posições valiosas.

Uma tal situação favorece os PNA que sabem extrair largos proveitos do Conflito Leste-Oeste. Exploram, habilmente, a rivalidade bipolar, inclinando-se para uma ou outra das potências conforme as vantagens que lhes forem proporcionadas por Washington ou Moscovo, em benefício das suas conveniências de momento. É, por vezes, a descarada “política de báscula” que teve em Nasser um exímio intérprete; mas, sempre, o “bargaining power” de que todos dão mostras de saber usar em cada momento (“*Aide-moi, Occident, ou Je m’adresserai à l’Union Soviétique...*”).

O quadro político-social favorecia esta actuação: a África, a Ásia e a América Latina (os três “A”), agrupam 130 Estados soberanos que representam, na altura, 70% da população mundial e que detêm, apenas, 30% das riquezas do planeta; inversamente, no Hemisfério Norte, os seus 30% da Humanidade consomem 70% do rendimento total de que dispõe o género humano.

Na circunstância, a União Soviética e os Países de Leste, alegando não deverem ser-lhes imputadas responsabilidades no atraso do desenvolvimento do Terceiro Mundo (por nenhum deles ter participado, a Sul, evidentemente, na acção colonizadora), não se sentem culpabilizáveis pela situação revelada pela descolonização. Com tal argumentário, limitam a sua cooperação à preparação dos quadros políticos e militares dos movimentos revolucionários das colónias, ao fornecimento, a crédito, de armamento excedentário e, as mais das vezes, obsoleto; à conquista de influência militar e geoestratégica que servisse o seu desígnio messiânico final; forneceu a teoria, a prática e os meios da subversão, e praticou, também, um sistema de trocas quase sempre gravoso, para os novos países, endividando-os pesadamente.

Realmente, o Bloco Leste recusou, sempre, cooperar em esquemas de ajuda pública internacional organizados pela ONU ou outras entidades e, mais à frente, recusaria colaborar nos esforços de solução da dívida global desses países, daí se irresponsabilizando por não se considerar imputável no que dizia respeito aos danos sofridos pelos povos do Sul.

Não deveria, assim, pagar, ao lado dos “réus”, os do Norte, nenhuma factura, qualquer que fosse a sua natureza. Pelo contrário, servindo à sua estratégia global o enfraquecimento, a humilhação, a desmoralização do Mundo Ocidental, alinhou, quase sempre, em todos os domínios e em todas as ocasiões, ao lado dos reivindicantes, estimulando-lhes, por acréscimo, o sentimento de desforra.

5. É todo este panorama de dificuldades crescente e entrelaçadas, de situação agravadas, que leva os países e as instituições internacionais, a ensaiar novas soluções, já não baseadas nas tradicionais acções de generosidade sempre contingentes, isto é, no sistema de ajuda entretanto criado, mas na criação de condições que conduzam a transformações estruturais do sistema.

Vai, também, longe, o tempo em que se chegou a discutir a possibilidade de um imposto mundial de solidariedade ou, até, à instituição de um Estado-Previdência Mundial (na Noruega, por exemplo vigorou, desde 1963, um imposto cujo produto se destinou à ajuda aos países em desenvolvimento). No chamado Mundo Ocidental, a

ideia de *rattrapage* (segundo a qual os países pobres não se poderiam desenvolver senão pelas vias já experimentadas pelas nações industrializadas), continua porém, a ser a ideia preferida; firmemente contra, toda a teoria do Bloco Leste, e a inexperiência da maior parte dos países do Terceiro Mundo, fascinada, ainda, com as formulações teóricas que, muitos anos após, já nos nossos dias, haviam de determinar a falência absoluta desse aventureirismo, mesmo que bem intencionado...

Decepcionado com o estrondoso fracasso das soluções baseadas na simples mas valiosa ajuda internacional, e face ao agravamento imparável da sua situação económico-social, o Terceiro Mundo passou a encarar a questão do desenvolvimento noutros termos.

Em 1963 surge o *Grupo dos 77* que, talvez possa dizer-se, constituiu a dimensão económica dos países não-alinhados; logo em 67, o Grupo fixa na *Carta de Argel*, o seu “programa de acção”, documento extenso de análise económica dos Países em Vias de Desenvolvimento, um primeiro esforço colectivo de definição de um programa global, em que se antevêm, já, com nitidez, as questões que, durante muito tempo, constituiriam os temas preferenciais do diálogo Norte-Sul.

Os problemas do desenvolvimento são, a partir da de 1970 (“segunda idade” do não-alinhamento) o principal factor de integração do movimento. O decénio inicia-se com a Conferência de Lusaka onde se prevêm acções “no domínio dos produtos de base, prevendo preços justos e equitativos para os produtores, o livre acesso aos mercados, o ajustamento das estruturas de produção, a outorga da ajuda desligada, a transferência de recursos financeiros. É ali em Lusaka que surge a ideia do *self reliance*, conceito tirado, em parte, dos ensinamentos da experiência chinesa, significando, na essência, que os PVD deveriam dinamizar a “cooperação horizontal” a fim de melhorarem a sua situação económica.

6. Em 1973, o problemática do desenvolvimento como questão chave do Terceiro Mundo é colocada na Assembleia Geral da ONU.

O Presidente argelino Houari Boumediene, presidente em exercício dos não-alinhados, provoca a convocação da Assembleia para estudo dos problemas das matérias-primas e do desenvolvimento; em 74, este *fórum* consigna, na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, toda uma série de reivindicações dos países do Sul, que vão desde a exigência de um melhor acesso dos seus produtos aos mercados dos países industrializados, a uma ajuda mais substancial à sua produção agrícola.

E ainda, nesse ano, sob pressão do *Grupo dos 77*, volta esta temática às preocupações da Organização, que adopta as Resoluções 3201 e 3202, que são as bem conhecidas *Declaração e Programa de Acção Respeitante à Instituição de uma Nova Ordem Económica Internacional* (NOEI). Trata-se de documentos em que, sistematizadamente, se analisam os problemas do subdesenvolvimento, e em que se recolhem muitas das velhas pretensões do seu messianismo revolucionário, formalizando uma ampla filosofia de acção.

Programa vasto e ambicioso, a vigência viria a revelar-lhe, no entanto, o exagerado irrealismo, e a quase impossibilidade de execução. As exigências absolutas, os dogmas, o radicalismo terceiro-mundista, podendo ser impostos, como acontecia, frequentemente, por mera votação num areópago em que detinha uma maioria substancial, não bastavam para obter a adesão dos países desenvolvidos a quem, no campo das realidades, competiria a dinamização e o pesado esforço financeiro da sua concretização—com a certeza antecipada de uma rotunda catástrofe da economia mundial.

O fanatismo, as doutrinas terceiro-mundistas exacerbadas e fracturantes, o imediatismo das soluções, o entusiasmo descontrolado do momento, não permitiu, aos promotores de tais fantasias, perceber que os países do Norte ocidental, geradores de um sistema económico-financeiro, equilibrado, conseguido e triunfante, com base no qual tinham, aliás, desde sempre, financiado e ajudado o Terceiro Mundo, jamais poderiam aceitar tais exigências, que, se concretizadas, implicariam, necessariamente, uma alteração profunda e até, mesmo, a destruição do sistema de que eram garantes.

Era pedir demasiado; e, sobretudo, era propor, ingenuamente, que o Ocidente se suicidasse.

7. Todos este enovelado processo, de três actores (Países Ocidentais, Países de Leste, Países do Sul) interferindo-se mutuamente, em que se cruzaram, a título permanente, boas e obscuras intenções, generosidades e egoísmos, sinceridades e muito de *arrière pensée*, confrontações perigosas em todos os quadrantes, *combines* esdrúxulas e extravagantes, todo este processo foi, apesar de tudo, esmorecendo, perdendo *élan*, chegou aos nossos dias saturado, esgotado. De caminho, o Mundo tomou conhecimento da existência dos chamados Estados vadios, dos Estados párias e dos Estados falhados, com comportamentos intoleráveis, mas sempre surpreendentes.

Durante meio século, as Conferências sucederam-se; As Assembleias repetiram-se; os *sommets* tiveram a sua conta; as Instituições desmultiplicaram-se; as Resoluções da ONU enchem os escaninhos dos arquivos; os projectos sonhadores, entraram no limbo; as doutrinas, as crenças, as estratégias, esgotaram o fôlego; a corrupção generalizou-se, uma trivialidade.

8. Há poucos meses assinalaram-se os 50 anos da Conferência de Bandung.

Talvez seja a altura de avaliar os resultados, e não se fará grande esforço na conclusão de que, por um lado, as noções de Terceiro Mundo e Não-Alinhamento, com o que trouxeram de ideológico e de propostas renovadoras da comunidade internacional pertencem, irreversivelmente, ao passado. O fluir das situações destruiu, um a um, todos os fundamentos da sua unidade, os pressupostos da sua existência deixaram de se verificar, as alterações radicais da política internacional com início em 1989, tornaram-nas absolutamente inúteis.

Por outro lado, o decurso do tempo foi ensinando, aos países do Sul, que a sensatez não deve fixar ausente da política e, menos, da economia. Assim, viram cair, uma a uma, todas as suas bandeiras revolucionárias, foram-se sujeitando às regras que vigem

no mundo desenvolvido e o justificam, foram aceitando princípios longamente experimentados. É o que explica que, muitos deles, tenham conseguido vencer atrasos, entrando, finalmente, no limiar do desenvolvimento.

Mas ficaram atrás, a grande distância, os terceiros mundos do que se chamou Terceiro Mundo: 49 países, os mais pobres do planeta (630 milhões de pessoas), com um rendimento anual muitas vezes inferior a 900 euros. Localizam-se na África Sub-sahariana, região imensa marcada pelo atraso, pela doença, pela fome, pela guerra constante, e a vaga de fundo, incontrolável, de um crescimento demográfico sem precedentes. Apenas alguns desses Estados, exportadores de matérias-primas valiosas (petróleo, gaz, diamantes, ouro, cobre) apresentam alguns indícios de poder emergir nesse deplorável panorama.

Com o campo assim delimitado, limpo dos embaraços e dos equívocos que sublinharam, tristemente, os começos, parece ser a altura de relançar a Cooperação para o Desenvolvimento, em termos realistas, com metas plausíveis, bem avaliadas e bem financiadas. É uma indeclinável responsabilidade da comunidade internacional, e assim o disse, há dias, Kofi Hannan, no seu Relatório de despedida sobre a actividade da Organização das Nações Unidas. O antigo Secretário-Geral, lutador incansável pelo desenvolvimento dos países mais pobres da comunidade, levantou a bandeira da Cimeira do Milénio, organizada pela ONU em Setembro de 2005. Dali saíram fixados os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), assim resumidos:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome
- Alcançar o ensino primário universal
- Promover a igualdade do género e dar poder às mulheres
- Reduzir a mortalidade infantil
- Melhorar a saúde materna
- Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças
- Assegurar a sustentabilidade ambiental; e
- Promover uma parceria global para o desenvolvimento

Confiemos em que, doravante, seja possível, conhecidas as insanidades, as doenças e os pecados, cumprir esta responsabilidade maior que é ajudar a salvar e a desenvolver aquele continente a que nós, portugueses, estamos ligados por séculos e séculos de afecto.

BIBLIOGRAFIA:

- ANAN, Kofi, *Rapport du Secrétaire Général sur l'activité de l'Organisation*, New York, Nations Unies, 2006.
- ANTIL, Alain, "Europe/Afrique: la fin d'un modèle?", in *Ramsés/2007*, Paris, IFRI/Dunod, 2006, pp. 137-149.
- BANÉGAS, Richard, "Les tendances de la période", in *L'Etat du Monde-2007*, Paris, Éditions La Découverte, 2006.
- BART, F, *Africa, Continent Pluriel*, Paris, CNED/SEDES, 1988.
- BERG, Eugène, *Non Aligement et Nouvel Ordre Mondial*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- BETTATI, Mario, *Le Nouvel Ordre Économique International*, Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- BOBIASH, Donald, *South-South Aid:How Developping Countries Help Each Other*, New York, St. Martin's Press, 1992.
- BRAILLARD, Philippe e DJALILI, Mohammad-Reza, *Tiers Monde et Relations Internationales*, Paris, Masson, 1984.

- BRUNEL, Sylvie, “La colonisation responsable du sous-développement?”, in Sylvie Brunel, dir., *Tiers-Mondes. Controverses et Realités*, Paris, Economica, 1987, pp. 36-72.
- BRUNEL, Sylvie, “Le gaspillage de l’Aide Publique”, Paris, Seuil, 1993.
- BRUNEL, Sylvie, “Le Tiers-Monde, combien de mondes?”, in Sylvie Brunel, dir., *Tiers-Mondes. Controverses et Realités*, Paris, Economica, 1987, pp. 9-35.
- BRUNEL, Sylvie, *La Coopération Nord-Sud*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.
- CHAPUIS, Robert, *Les quatre mondes du Tiers Monde*, Paris, Masson, 1994.
- COPAMS, J., *La Longue Marche de la modernité africaine, savoirs intellectuels, démocratie*, Paris, Karthala, 1990.
- COT, Jean-Pierre e PELLET, Alain, (dir.), *La Charte des Nations Unies. Commentaire article par article*, Paris, Economica/Bruylant, 1985.
- DALLOZ, Jacques, *Textes sur la décolonisation*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989.
- DAVIDSON, Basil, “For a Politics of Restitution”, in Adebayo Adedeji, org., *Africa within the World. Beyond Dispossession And Dependence*, London, Zed Books Ltd., 1993, pp. 17-27.
- DECREAENE, Philippe, *Le Panafricanisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- DEFARGES, Philippe Moreau, “Un Tiers-Monde en reinvention”, in *Ramsés-2005*, IFRI/Dunod, 2004, pp. 31-45.
- DUBRESSON, A., e RAISON, J.-P., *L’Afrique subsaharienne, une géographie du changement*, 2^e ed., Paris, Armand Colin, 1998.
- DUMONT, René e MOTTIN, Marie-Françoise, *L’Afrique Étranglée.*, Paris, Éditions du Seuil, 1982.
- FEUER, Guy e CASSAN, Hervé, *Droit International du Développement*, 2^e ed., Paris, Dalloz, 1991.
- FIELDHOUSE, D. K., *Black Africa, 1945-1980. Economic Decolonisation & Arrested Development*, London, Unwin Hyman Ltd., 1989.
- FONTOURA, Luis, *Das Relações Norte-Sul à Cooperação Horizontal*, Lisboa, ISCSP, 1996.
- FONTOURA, Luís, *O Novo Ciclo da Cooperação Luso-Africana*, Lisboa, ISCSP, 1995.
- GALTUNG, Johan, O’BRIEN, Peter e PREISWERK, R., (eds.), *Self Reliance-A Strategy for Development*, London, L’Overture Publications, Ltd., 1980.
- GEORGE, Susan, “Uses and Abuses of African Debt”, in Adebayo Adedeji, org., *Africa within the World. Beyond Dispossession and Dependence*, London, Zed Books Ltd., 1993, pp. 59-72.
- GONIDEC, P.-F. e BOURGI, A., *Essai sur l’Etat africain postcolonial*, Paris, LGDJ, 1982.
- GUITARD, Odette, *Bandoung et le Reveille des Peuples Colonisés*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- HOLLY, D. A., “Les Nations-Unies et le Nouvel Ordre Économique Mondial”, in *Études Internationales*, 1977, Vol. 8, pp. 500-515.
- HOUGH, Jerry F., *The Struggle for the Third World*, Washington, D.C., The Brookings Institution, 1986.
- HUGON, Philippe, “L’Afrique, vaste marché de ressources et d’investissement pour l’Asie”, in *L’Etat du Monde-2007*, Paris, Éditions La Découverte, 2006.
- JOUVE, Edmon, *Le Tiers Monde dans la vie internationale*, Paris, Berger-Levrault, 1986.
- KAMARCK, Andrew M., *A Economia da África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972.
- KAMRAVA, Mehran, *Politics and Society in the Third World*, London, Routledge, 1993.
- KENNEDY, Paul, *Preparando para o século XXI*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1993.
- LOUP, Jacques, *Le Tiers-Monde, peut-il survivre?*, Paris, Economica, 1981.
- M’BOKOCO, É., *L’Afrique au XXe Siècle, le continent convoité*, Paris, Seuil, 1991.
- MENON, Rajan, *Soviet Power and the Third World*, London, Yale University Press, 1986.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *A África na Política de Cooperação Europeia*, Lisboa, ISCSP, 1997.
- MOREIRA, Adeiano, *Teoria das Relações Internacionais*, 5^e ed., Coimbra, Almedina, 2006.
- MOREIRA, Adriano, “De Bandung aos problemas Norte-Sul”, in *Comentários*, Lisboa, ISCSP, 1992.
- NUSSBAUMER, J., *L’enjeu du dialogue Nord-Sud: Partage des richesses ou guerre économique*, Paris, Economica, 1981.
- OJO, Olatunde J. C. B., ORWA, D.K. e UTETE, C. M. B., *African International Relations*, New York, Longman Inc., 1985.
- PELLET, Alain, *Le Droit International du Développement*, Paris, Presses Universitaires de France, 1978.
- POURTIER, R., *Afriques Noires*, Paris, Hachette, 2001.
- POURTRIER, Roland, “Une identité en mutation”, in *L’Etat du Monde-2007*, Paris, Éditions La Découverte, 2006.
- ROBINSON, Cedric J., *Black Marxism. The Making of the Black Radical Tradition*, London, Zed Books Ltd., 1983.
- SHAW, Timothy, “Africa in the New World Order: Marginal and/or Central?”, in Adebayo Adedeji, org., *Africa within the World. Beyond Dispossession And Dependence*, London, Zed Books Ltd., 1993.
- SID-AHMED, Abdelkader, *Norte-Sur: Los Grandes Desafíos. Teoría y Práctica del Nuevo Orden Económico Internacional*, México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1985.
- SMITH, Stephen, “L’Afrique Paradoxe”, in *Ramsés-2005*, IFRI/Dunod, 2004, pp. 111-124.

TORRES, Adelino, "Ajustment Structurel et Societé dans une Contexte de Globalisation", in *Seminário La Societé Civile et d'Ajustment Structurel*, Windhoec, 1996.